

O Jardim (Parte I)

Miguel Tamen

Universidade de Lisboa

Resumo

O ensaio procura responder a duas perguntas que se entende serem prévias a uma discussão do conceito de heteronímia, atribuído a Fernando Pessoa. São elas: ‘Onde estão os heterónimos?’ e ‘Onde se desenrola a relação entre heterónimos?’. Defende que para Pessoa os heterónimos estão em outras mentes, e que a relação entre essas mentes não começa sempre na mente de Pessoa. Pessoa poderá ter acreditado numa concepção pan-psíquica da literatura, incompatível com as ideias sobre heteronímia que lhe são atribuídas.

Palavras-chave

Heteronímia; Pan-psiquismo; Outras mentes.

Abstract

The essay attempts to answer two questions, assumed to be prior to any discussion of the concept of heteronymity, attributed to Fernando Pessoa. They are: ‘Where are heteronyms located?’ and ‘Where does the relationship between heteronyms take place?’. It claims that for Pessoa heteronyms are located in other minds, and that the relationship between minds does not always originate in Pessoa’s mind. Pessoa might have held a pan-psychical notion of literature, incompatible with the ideas about heteronymity he is usually credited with.

Keywords

Heteronymity; Panpsychism; Other Minds.



Em coisas literárias oscilamos entre impulsos concentrados e visões panorâmicas. O que tenho a dizer a seguir sobre Fernando Pessoa resulta de um esforço panorâmico; é, no entanto, um esboço de esforço panorâmico, e apenas a primeira metade desse esboço.

O meu título alude ao poema *Conselho*. Este poema extraordinário foi publicado no mês em que Pessoa morreu. Não foi o único conselho escrito por Pessoa. Pense-se em odes de Ricardo Reis, naquelas em que nos são dados conselhos a nós, e nas outras em que são dados conselhos a terceiros; no “Aviso por causa da moral” ou no *Soneto já antigo*, de Álvaro de Campos; no programa “Como organizar Portugal”; e na carta sobre a génese dos heterónimos, escrita a Adolfo Casais Monteiro uns meses antes. O tom avuncular destas peças é também partilhado por muitas outras obras tardias de Pessoa, e em particular pela sua correspondência literária.

O conselho mais notório de *Conselho* é o da sua última estrofe: “que ninguém, que veja e fite, possa / Saber mais que um jardim de quem tu és.” A parte final da frase é demasiado ornada e talvez o único lapso poético no poema; parece exprimir uma teoria psicológica, em que Pessoa define aquilo em que consiste ver, fitar e conhecer alguém. Divide as pessoas entre aquilo que são (ou quem são realmente) e uma coisa a que chama o seu “jardim”. O jardim de uma pessoa refere-se àquilo que as pessoas são, mas não se parece com elas.

O jardim descrito em *Conselho* parece feito para ser mostrado a quem olha para ele do lado de fora. O poema descreve essa perspectiva exterior; e, através de uma série de metáforas arquitectónicas e hortícolas, as tarefas que lhe são necessárias. Menciona a construção de “grandes muros”, um “portão de grade”, e de “canteiros” com flores “risonhas”. No fim do poema Pessoa chama-lhe “um jardim ostensivo e reservado”. Este par de adjectivos é insólito. Tratar-se-á de um oxímoro dialéctico? Será o poema acerca do equilíbrio controlado entre ostensão e reserva que Pessoa exemplificaria em alto grau? Para alguns críticos esta característica dialéctica é a característica principal do génio de Pessoa.

Não é de excluir completamente que aquilo a que chamei a teoria psicológica de Pessoa não seja imune à possibilidade de erros de avaliação. Afinal de contas o poema descreve o modo como aquilo que é mostrado serve para enganar quem toma o jardim por Juno; mas também censura o jardineiro por não conseguir ver, fitar ou distinguir o objecto da sua reserva original; essa “erva tam pobre”, observa Pessoa, “nem tu a vês.” Ao objecto de reserva Pessoa chama ainda no poema “flores que vêm do chão”, “ervas naturais” e “flor nativa.” O jardineiro

será assim ao mesmo tempo o inventor de um intrincado jardim Potemkin, e pelo menos em parte a sua primeira vítima.

Os sistemas-Potemkin são muito característicos de outras obras tardias de Pessoa, a mais conhecida das quais é o pouco menos extraordinário *Autopsicografia*. Pessoa, creio, pelo menos a partir da tábua bibliográfica de 1928, passou a cultivar o seu jardim. Foi nessa tábua que apareceu pela primeira vez o adjectivo “heterónimo”, que viria a ser nominalizado como “heterónimos” em várias cartas a partir de 1931, e para a posteridade na carta a Casais Monteiro de 13 de Janeiro de 1935. Esta última carta, a meu ver, constitui um testamento literário e portanto também uma espécie de conselho. O poema *Conselho* prolonga de facto um modo que se terá iniciado muito antes, possivelmente com o *Soneto já antigo*.

A minha ideia, que defendi noutro lado e que vou apenas resumir rapidamente, é a de que a partir de pelo menos 1928 Pessoa começou a montar um sistema de visitas organizadas ao seu jardim; e de que através do testamento de Janeiro de 1935 instituiu um *trust fund* que visava assegurar que continuassem aquelas visitas. O processo de escolha dos *trustees* foi simples: talvez depois de um processo de selecção cujos finalistas não é difícil adivinhar (e em que José Régio foi notoriamente eliminado à primeira volta), Pessoa escolheu um primeiro *trustee*, que foi também seu testamenteiro; e depois confiou num processo de co-optação por pares.

Quase todos desempenharam bem o papel que lhes estaria destinado por Pessoa; e assim o *trust fund* transformou-se gradualmente num *trust* no sentido vulgar do termo. Num *trust*, como observou Pessoa num ensaio sobre o assunto, forma-se “um monopólio espontâneo, ou natural (...) por agrupamento de empresas, ou por absorção de umas por outras ou várias por uma só” (Pessoa, 1926: 77). É a esse “agrupamento de empresas” que chamamos hoje Estudos Pessoaanos.

Só poucos *trustees* tiveram o pressentimento de que nem tudo poderia resumir-se às visitas guiadas ao jardim dos heterónimos. A maioria aplicou-se porém na caça e na classificação de todas as espécies que Pessoa teria deixado, como gnomos de jardim, nos vários canteiros. Esta estrutura é, creio, o problema constitutivo dos Estudos Pessoaanos. Foi nela que se fixou a característica principal da reputação de Pessoa como poeta, a que se chama ainda, para usar o termo técnico, “ter heterónimos”. Mas ‘ter heterónimos’ é uma propriedade diferente de ‘ter óculos’, ‘ter olhos castanhos’ ou ‘ter coragem’. Requer por isso que, para conseguir perceber as peculiaridades do debate sobre Pessoa, esclareçamos algumas questões



prévias. As duas principais, estreitamente relacionadas, são: ‘Onde estão os heterónimos?’ e ‘Onde se desenrola a relação entre heterónimos?’.

A resposta mais frequente a ambas as perguntas é ‘na mente de Pessoa’. O próprio Pessoa lhes respondeu desse modo. Na carta a Casais Monteiro fala em pormenor de uma “parte psiquiátrica”, que segundo ele “explica, *tant bien que mal*, a origem orgânica do meu heteronimismo” (Pessoa, 2007d: 420). “A origem mental dos meus heterónimos,” acrescentou, “está na minha tendência orgânica e constante para a despersonalização e para a simulação”. Parece fora de dúvida que Pessoa está a dizer que os heterónimos têm uma origem mental. A sua origem deve-se a uma tendência orgânica da sua mente.

Bem entendido, a carta de 1935, como um crítico observou, não apresenta apenas um tipo de explicação, ou apenas explicações do mental, e muito menos explicações do mental através de tendências orgânicas. Mas nenhuma teoria particular sobre tendências orgânicas é requerida para considerar que a relação entre heterónimos deva ser mental. José Gil, por exemplo, explicou a heteronímia imaginando uma “metafísica das sensações”. Não fez apelo a “tendências” ou “partes” e a sua explicação é diferente da de Pessoa. A explicação que Gil propõe é não obstante compatível com a ideia de que a relação entre heterónimos se passa na mente de Pessoa. Definiu os heterónimos como “acontecimentos de sensação”; mas acreditou que as sensações eram produtos de sonhos de Pessoa, isto é, correlatos de actos mentais (Gil, 1987: 211). Eduardo Lourenço tinha uma ideia parecida sobre a questão.

A ideia de que os heterónimos são coisas mentais é também compatível com versões de senso-comum menos sofisticadas que as de Gil ou Lourenço. São as primeiras que nos são ensinadas, e quase uma questão de reputação. É o caso da ideia de que Fernando Pessoa não era bom da cabeça (a palavra ‘cabeça’ é a primeira palavra que aprendemos para designar a mente). Estas versões entendem a “parte psiquiátrica” como aquela parte da mente responsável por ocorrências menos habituais: pensamentos, comportamentos e ideias; e entendem a psiquiatria como o estudo das cabeças de quem não está bom da cabeça.

Uma alternativa óbvia a este tipo de respostas é a ideia de que a heteronímia se passa em *outras* mentes. A doutrina, que implica uma variedade de pan-psiquismo, parece suspeita. Aos críticos aparece ligada a convicções menos respeitáveis do próprio Pessoa, como o espiritismo e a teosofia, que muitos, apesar da grande tolerância para com as suas outras excentricidades, nunca quiseram considerar senão historicamente, como evidência de um clima cultural obsoleto. A maior parte desses críticos são em matéria de filosofia da mente insensíveis



ao chamado argumento da não-emergência, e satisfazem-se com a ideia de que o mental surgiu ladinamente do não-mental; a maior parte são dualistas (permitindo excentricidades à mente de Pessoa mas não à noção de mente); e uma pequena minoria são monistas de estrita obediência (permitindo à mente apenas as excentricidades que permitem à matéria, ou a ocorrências fenomenais). Não há que eu saiba pan-psiquistas no activo.

E no entanto Pessoa definiu-se num fragmento de 1928 como “médium (...) de mim mesmo” (Pessoa, 2012: 231). Fê-lo para esclarecer que tinha “ouvido pela primeira vez” Caeiro a 13 de Março de 1914; e existem mais passagens parecidas. Em nenhuma Pessoa sugere que este tipo de ocorrência seja o resultado de uma alucinação, e por isso que corresponda ao funcionamento autónomo de partes de uma cabeça que não está boa, ou ao desregramento dos sentidos. E nunca diz que os heterónimos tenham mentes. Os heterónimos não têm mentes pela razão trivial de que são nomes. Numa interpretação pan-psiquista a descrição ‘Ouvi Alberto Caeiro a falar’ não se refere a Alberto Caeiro a falar mas equivale a ‘Ouvi qualquer coisa capaz de falar a falar, a que dei o nome “Alberto Caeiro”’. Um heterónimo é tecnicamente para Pessoa um nome que ele dá a outra mente. O que ele ouve vem da mente a que depois dá esse nome; o resto são paráfrases subsequentes desse nome: no caso de Caeiro, Ribatejo, olhos azuis, e tias velhas.

Pessoa tomou a sério esta versão de pan-psiquismo; e também a ideia de que aquilo que escrevia não provinha da sua mente; e que era uma espécie de “recado”, “mensagem” ou “comunicação” de terceiros. Usou aliás estas três palavras nessa acepção. Isto parece-me explicar em parte o seu interesse por espiritismo. A minha intuição principal a este respeito é a de que esse interesse é o interesse pela possibilidade de recebermos recados. No entanto não me parece que tais interesses expressem necessariamente um interesse pelos conteúdos desses recados. Aliás, deduzidos os de Caeiro e companhia, que são os mais importantes, esses recados são sobretudo avisos sobre a masturbação ou o Quinto Império, que só por si não requerem a ideia de pan-psiquismo.

Chegaram até nós muitos registos dos recados que Pessoa terá guardado. A muitos dos emissários atribuiu um nome. Esses nomes são usados por Pessoa para identificar recados; sendo concebível que a semelhança que reconheceu entre recados o tenha encorajado a arrumar vários, às vezes muitos, sob um mesmo nome; e que tenha hesitado onde arrumar outros. As listas de nomes que vários críticos compilaram não são por isso listas de dominações, querubins, serafins e anjos sobre cuja substância tenhamos de nos entender



através de doutrinas sobre graus diferentes de participação numa única essência. Não correspondem a elencos de entidades.

Essas listas compreendem muitos tipos de nomes. Os de mais consequência são nomes como ‘Alberto Caeiro’, ‘Álvaro de Campos’, ou ‘Ricardo Reis’, a respeito dos quais o que há a dizer é que são parecidos com nomes de pessoas que existem mas que sabemos que não existiram; e sob os quais Fernando Pessoa arrumou um grande número de recados que por alguma razão considerou parecidos; e quanto aos quais as discussões metafísicas são tão inconclusivas como as discussões sobre Madame Bovary ou Hamlet. A nossa reticência metafísica é normalmente compensada pela atenção que dedicamos a esses recados, e pelo proveito que deles derivamos.

Mas essas listas compreendem também outros tipos de nome. Há nelas designações para-profissionais vagas (“Voodooist”), que se podem aplicar a pessoas que tenham existido ou não, e sobre as quais tudo o que se pode dizer é que são como ‘engenheiro’ ou ‘ditador’, e por cujos recados passamos quase sempre como por vinha vindimada. E, claro, nomes de pessoas que existiram realmente: filósofos neo-platônicos do século XVII; um psicólogo jamesiano; ou o Professor Marnoco e Sousa. A estes últimos são atribuídos recados que temos dificuldades em imaginar que os seus proprietários normais pudessem ter escrito. E temos razão, porque naturalmente não os escreveram: a expressão ‘Marnoco e Sousa’ designa uma mente a quem atribui o nome do Professor Marnoco e Sousa; mas não identifica, na obra de Pessoa, o autor de *Das Letras no Direito Comercial Português*.

Fernando Cabral Martins e Richard Zenith notaram que muitas destas pessoas que existiram “parecem tornar-se heróis do próprio drama pessoano” (Pessoa, 2012: 26). Chamaram ao fenómeno “a heteronimização de nomes que rodeiam Pessoa” (*idem*). A designação pode confundir um pouco. Pode implicar que esses heróis participam da substância de Alberto Caeiro, ou que ‘são’ como Alberto Caeiro; mas não há nenhum sentido útil para ‘são’ nesta distinção, porque afinal sabemos muito bem qual é a principal diferença metafísica entre Caeiro e o Professor Marnoco e Sousa. E pode também implicar a sugestão de que Pessoa tenha tido a esperança de que os poemas de Mário de Sá-Carneiro e Aleister Crowley, ou as cartas de Ofélia Queiroz, lhe pudessem vir a ser atribuídos. Não existem contudo indícios de que tenha tido tal esperança, nem de que o assunto o tivesse interessado. Por exemplo, numa carta de Janeiro de 1931, Pessoa corrige Gaspar Simões, a quem tinha mandado a tradução de um poema de Aleister Crowley publicado sob a autoria de Master Therion, sobre a identidade



desse ‘Mestre Therion’. ‘Mestre Therion’, declara jovialmente, “não é heterónimo meu” (2007c: 364).

Na sua discussão, Cabral Martins e Zenith usam uma segunda metáfora que me parece exprimir uma intuição mais certa. Observam que essas pessoas que existiram (e fazem uma lista muito completa, que vai de Omar Khayyam a António Botto) são heróis “magnetizados” por Pessoa (2012: 26). O adjectivo ocorre numa carta de 1916 a uma tia, com quem Pessoa falava desses assuntos. “O meu braço direito”, informa Pessoa, “começa a ser-me levantado no ar sem eu querer (...) Outras vezes sou feito cair para um lado, como se estivesse magnetizado.” O seu braço, explica, teria sido animado por “qualquer outra cousa” (Pessoa, 2007a: 148).

A discussão deste tópico é prefaciada na carta à tia por uma constatação bem-disposta: “Aí por fins de Março (se não me engano) comecei a ser médium. Imagine!” (*idem*: 146). Esta frase, e a intromissão parentética, são muito parecidas com outra frase, que ocorrerá quase vinte anos depois, justamente no seu testamento: “Aí por 1912, salvo erro (que nunca pode ser grande), veio-me à ideia escrever uns poemas de índole pagã” (Pessoa, 2007d: 421). Conjugada com a referência irresistível ao mês de Março podemos ver nela uma antiga descrição sistemática do programa a que Pessoa iria chamar Dia Triunfal. Não foi a única, ou a primeira.

Numa passagem do *Livro do desassossego* em que se queixa da comum falta de interesse pelas acções mais triviais (“parece-nos imoral agir”), Pessoa considera sintoma principal dessa deficiência “a nossa simpatia (...) pelo ocultismo e pelas artes do escondido”. Essa simpatia deve-se à falta de vontade e de paciência para educar a vontade, “de modo a tornar-se o perfeito instrumento dos magos e dos magnetizadores” (Pessoa, 2006b: 390, 391). Como na carta à tia, os processos sob exame não são descritos a partir da posição de agente, ou sequer de candidato a agente. Pessoa (2007a: 148) tinha-lhe explicado que o seu braço “começa a ser-me levantado no ar”. “Começa a ser-me levantado” é uma construção rara em português, sobretudo em matéria de movimentos que por regra estamos habituados a imputar a agentes: não é como ‘levantei o braço’ ou mesmo como ‘o braço levantou-se sozinho’. A peculiaridade é semântica, não meramente sintáctica ou morfológica. “Começa a ser-me levantado” é, desse ponto de vista, tão semanticamente peculiar como “aparecera em mim o meu mestre” (Pessoa, 2007d: 422), ou “o herói a si assiste” (que ocorre no livro a que sem surpresa chamou *Mensagem*), e por razões parecidas: nestas construções o que é peculiar é a descrição do agente.



Pessoa (2006b: 391) propõe duas explicações diferentes para o interesse por ocultismo. Por um lado, é “fonte copiosa de sensações do mistério e de terror”. A fonte compreende “as larvas do astral, os estranhos entes de corpos diversos que a magia cerimonial evoca nos seus templos, as presenças desencarnadas da matéria” (*idem*). Nesta primeira explicação combinam-se duas ideias inventadas por Aristóteles: a de que uma emoção não causa necessariamente emoções semelhantes e que por isso o terror pode causar simpatia; e a de que as causas das emoções têm de ser familiares, isto é, que só coisas parecidas com o que conhecemos excitam o nosso interesse e podem despertar emoções. Nessa medida, as “larvas do astral” são parecidas com larvas, os “corpos diversos” são parecidos com corpos e as “presenças desencarnadas” são parecidas com presenças encarnadas. De acordo com Aristóteles, uma pessoa ou um objecto a quem acontece o percalço ontológico de não existir pode ser causa de emoções que estamos habituados a associar a pessoas ou objectos que existem. Desse ponto de vista a convicção de que conhecemos Álvaro de Campos não é diferente da convicção de que conhecemos Madame Bovary, Daisy ou Ofélia Queiroz; é a convicção de que conhecemos um corpo diverso.

A segunda explicação de Pessoa para o nosso interesse por ocultismo, embora relacionada com a primeira, é de natureza diferente. “Simpatizamos com o ocultismo”, afirma Pessoa, “porque ele soe exprimir-se de modo a que muitos que lêem, e mesmo muitos que julgam compreender, nada compreendem” (*idem*). A explicação insinua que a causa da nossa simpatia é o “mistério”, ou seja, aquilo que nos causa dificuldades de compreensão. Não é uma explicação que encontremos em Aristóteles. No entanto permite a Pessoa induzir uma distinção que é directamente relevante para a nossa discussão, a distinção entre ‘ser ocultista’ e ‘ter simpatia pelo ocultismo’. Esta distinção é paralela à distinção entre ser-se mago ou magnetizador e interessar-se por conversas acerca de magnetizações.

A posição em que Pessoa se imagina nesta matéria é uma posição intermédia entre os magos e o público; corresponde à posição de quem é atreito ao magnetismo mas não é causa de magnetismo. Pessoa nunca diz que é um mago ou um magnetizador, e muito menos se coloca na posição de quem encontra satisfação na “fonte copiosa de sensações do mistério e de terror”.

Na carta de 1916 Pessoa anunciara também à tia que estava a desenvolver “qualidades (...) de médium vidente” (2007a: 148). Descreveu ter sentido em Lisboa Sá-Carneiro em Paris (“uma depressão vinda do exterior” [*idem*: 147]), e ter visto num café “as costelas de um



indivíduo através do fato e da pele” (*idem*: 148). Mas também admite que já tinha desenvolvido antes qualidades de “médium escrevente” (*idem*). A ideia de “médium escrevente” parece ocupar uma posição entre escrever de modo autónomo e falar sobre o que os outros escrevem. Parece apontar para uma actividade que não coincide com autoria ou com crítica literária no sentido habitual; e parece corresponder a uma descrição da principal tarefa que Pessoa se imaginou a desempenhar: a tarefa de tomar nota de recados vindos de outras mentes.

Uma teoria sobre essa posição intermédia ressurgue na carta a Gaspar Simões a que já aludi, a propósito da tradução do poema de Aleister Crowley. A ideia de o traduzir é descrita aí no modo informal que voltará a ser o de 1935 (“Lembrei-me um dia de traduzir o *Hino a Pã*”). A seguir, porém, Pessoa acrescenta:

Mandei a v. o poema para, como lhe disse, v. ver o que é propriamente um “poema mágico”, em comparação com um simples “poema a respeito de magia”, como é o meu *Último Sortilégio* (Pessoa, 2007c: 364).

A distinção entre ‘poema mágico’ e ‘poema a respeito de magia’ já tinha sido anunciada numa carta do mês anterior, a carta em que tinha mandado a Gaspar Simões a sua tradução (2007b: 362). Está relacionada com a distinção entre ‘ocultista’ e ‘estudioso do ocultismo’. No entanto, a sua relevância só se pode perceber no contexto daquilo que Pessoa está a fazer, e que afinal é um motivo principal da segunda carta: a explicar uma *tradução* de um poema mágico. Por um lado, a tradução não é o poema que traduz; e por outro lado, diz Pessoa, não é um “poema a respeito de magia.”

Poderíamos considerar que a tradução de um poema mágico é a instanciação de um poema mágico, e não um poema mágico em sentido próprio. Existem no entanto razões para achar que Pessoa tinha uma opinião diferente. Na carta de Dezembro chama trivialmente à sua tradução “este *poema*” (*idem*), ou “um ‘poema mágico’ a valer” (*idem*). Como a maior parte de nós, considera que a tradução de um poema é um poema; e que a tradução de um poema mágico deverá ser um poema mágico. No entanto uma tradução de um poema não é um poema do tradutor; se não tivesse havido Mestre Therion, fosse ele quem fosse, não teria havido a tradução a que Pessoa chamou “Hino a Pã”. Pessoa está por isso não na posição de quem magnetiza, ou na posição de quem fala sobre magnetização, mas na posição de quem é magnetizável.



Um outro poema tardio muito conhecido, de 1932, *Não meu, não meu é quanto escrevo*, descreve o engano que consiste em pensar que um poema *não* é como uma tradução: “Porque, enganado”, pergunta Pessoa, “Julguei ser meu o que era meu?”. Pessoa especula a respeito da origem daquilo que escreve (“Que outro mo deu?”), mas só responde através de perífrases de pouco auxílio. As suas perguntas são versões da nossa pergunta inicial: ‘Em que mente se passa um poema?’, ou também ‘Em que mente se passa uma tradução?’. Para Pessoa uma tradução *não* se passa na mente do tradutor; e, pelo menos no poema de 1932, um poema não é um acontecimento que tenha lugar na mente do poeta. Este tipo de respostas vale *mutatis mutandis* para as várias visões de 1916, que Pessoa insiste que não foram alucinações; e vale também para os casos da “escrita automática” que menciona na mesma carta à tia, cujas comunicações são “incompreensíveis ao médium, e de ordem que mesmo o inconsciente dele era incapaz de imaginar” (Pessoa, 2007a: 147). A poesia e a tradução passam-se na mente de outra pessoa: não são *sequer*, contra porventura Gil, processos inconscientes. O seu modelo de composição é o da anotação.

Aproximo-me da minha conclusão, e do fim da minha meia-panorâmica. Poetas tão conhecidos como Pessoa dão azo a hábitos de crítica. Podemos decerto reconhecer a sua utilidade, e estar gratos, pelo menos aos *trustees* mais talentosos, pelo muito que fizeram para refinar ou dar forma à admiração que sentimos por tantos dos recados que Pessoa anotou. Mas não temos que imaginar em perpetuidade a poesia de Pessoa no modo determinado pelo seu testamento. É esse modo que nos faz parecer naturais as longas discussões sobre diferenças entre pessoas, semi-pessoas e quase-pessoas, que são autores, semi-autores e quase-autores de textos, semi-textos e quase-textos, e todos como Pessoa inquilinos do mesmo mosteiro dos heterónimos. Podemos também sem dificuldade ver a poesia de Pessoa como um caso mais parecido com a sua ideia de tradução do que com os prodígios de deliberação, inegavelmente documentados, que a partir do testamento de 1935 nos habituámos a conceder. Mas o verdadeiro desafio não consiste em inverter uma ideia habitual acerca de Pessoa; virar as coisas do avesso é de alcance modesto. O verdadeiro desafio consiste em fazer justiça aos erros das ideias habituais que não partilhamos, e em neste caso tentar perceber melhor a relação, tão característica de Pessoa, entre essa deliberação musculada e a ideia de que a poesia vem de outras mentes.

A noção de que um poema não é uma ocorrência na mente do poeta, mas que a causa de um poema pode ser mental levanta uma série de perguntas que pelo menos eu acho muito



interessantes, mas que têm de ficar para outra ocasião. Que tipo de comunidade pode ser constituída pela cabeça de outras pessoas? Como se regulam as interações com outras mentes? Podem tais interações sequer ser reguladas? E como descrever a vontade de se ser magnetizado, a vontade cujo propósito consiste em eliminar a possibilidade de acções intencionais? E, conversamente, em que consiste a aquisição intencional de vontade por quem não a tem? Será a vontade de ter vontade uma variedade especial da vontade? Tenho ideias sobre algumas das respostas; e, mais importante que isso, acho que Pessoa também as tinha. Aparecem porém em locais inesperados da sua obra, em gostos reiterados que manifestou e em interesses que à primeira vista não parecem poéticos.

Onde não aparecem, e onde suspeito que nunca possam vir a ser descobertas, é em mais teorias da heteronímia ou em mais metafísicas das sensações. Depois de algum paisagismo Potemkin, Pessoa conclui a primeira estrofe do poema *Conselho* com aquilo que me parece ser o seu conselho mais importante: “onde ninguém o vir não ponhas nada.” Este conselho, que Pessoa terá imaginado primeiro para si próprio e muito provavelmente seguido, deveria também ser tomado a sério por quem começasse a sentir-se tentado por estudos pessoanos.

Referências

- GIL, José (1987) *Fernando Pessoa ou a Metafísica das Sensações*, tradução de M. Serras Pereira, Lisboa, Relógio d'Água.
- PESSOA, Fernando (1926) “Régie, Monopólio, Liberdade (Conclusão)”, *Revista de Comercio e Contabilidade* (3), 74-78, disponível em https://modernismo.pt/images/revistas/pdf/revista_de_contabilidade_3.pdf.
- (1935) “Conselho”, *Sudoeste*, 3, 5-6, disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Sudoeste/N3/N3_item1/P9.html.
- (2006a) “Não Meu, Não Meu é Quanto Escrevo”, *Poesia do Eu*, edição de R. Zenith, Lisboa, Assírio & Alvim, 258.
- (2006b) “Declaração de Diferença”, *Livro do desassossego, composto por Bernardo Soares*, edição de R. Zenith, Lisboa, Assírio & Alvim, 390-392.
- (2007a) [“A sua Tia Anica, 24-6-1916”], *Cartas*, edição de R. Zenith, Lisboa, Assírio & Alvim, 145-149.
- (2007b) [“A João Gaspar Simões, 6-12-1930”], *Cartas*, edição de R. Zenith, Lisboa, Assírio & Alvim, 362.
- (2007c) [“A João Gaspar Simões, 4-1-1931”], *Cartas*, edição de R. Zenith, Lisboa, Assírio & Alvim, 363-364.
- (2007d) [“A Adolfo Casais Monteiro, 13-1-1935”], *Cartas*, edição de R. Zenith, Lisboa, Assírio & Alvim, 417-426.
- (2012) *Teoria da Heteronímia*, edição de F. Cabral Martins e R. Zenith, Lisboa, Assírio & Alvim.
- TAMEN, Miguel (2015) *Artigos Portugueses. Edição aumentada*, Lisboa, Documenta.



Miguel Tamen é director da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde ensina no Programa em Teoria da Literatura e no departamento de Literaturas Românicas. Desde 2000, professor visitante na Universidade de Chicago; entre 2003-2004, *senior fellow* no Stanford Humanities Center; e entre 2010-2011, Rockefeller Fellow no National Humanities Center. É autor de vários livros, entre os quais *Friends of Interpretable Objects* (Harvard UP, 2001) e *What Art Is Like, In Constant Reference to the Alice Books* (Harvard UP, 2012), para além de artigos, traduções e edições. *Artigos portugueses* foi publicado em primeira edição pela Assírio & Alvim em 2002. Mais recentemente: *A Universidade como deve ser* (com António M. Feijó), *Erro extremo II, O Cónone* (org., com João R. Figueiredo e António M. Feijó) e *Closeness* (Juxta Press, 2021).

